

Mínimo é referência maior em Minas

► Economista do Ipea diz que eventual aumento terá impacto maior no Estado do que em outras regiões

MARTA VIEIRA

Contemplado ou não no acordo de ajuda financeira feito pelo governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional, qualquer reajuste do salário mínimo em maio terá que ser muito bem avaliado. O alerta é do economista Marcelo Neri, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), ao insistir em que a influência do salário mínimo no País é maior hoje do que nos anos 80. Em Minas Gerais, o impacto do menor salário pago no País é o mais grave entre as regiões desenvolvidas.

A tese de Marcelo Neri está sustentada em estudos mostrando a importância do salário pago no Brasil como referência de rendimentos inclusive no mercado informal. Entre os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, 20% recebem o mínimo ou múltiplos dele, sendo de 15% a parcela que ganha apenas um salário.

Quando considerado o universo dos trabalhadores com carteira assinada, 14% recebem o mínimo ou múltiplos dele, dos quais 8% somente o menor salário. "Nos anos 80, o mínimo afetava 2 vezes mais o mercado formal em relação aos trabalhadores na informalidade", afirma o economista do Ipea, também coordenador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.

908 mil em MG

Em todo o País, são 4,9 milhões de pessoas com rendimento de 1 salário mínimo. A parcela dessa população em Minas Gerais é de 908,8 mil pessoas (veja o quadro). Os números foram apurados na Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar do IBGE, de 1997. A referência do salário mínimo cresce

84% ganham até 2 salários

Se é a grave a situação de quem recebe o salário mínimo, assusta também o baixo nível de outros rendimentos da população. Em Minas, perto de 84% das pessoas com rendimento (são 8,3 milhões) ganham até cinco salários mínimos, ou seja, no máximo R\$ 630,00, conforme dados do IBGE, para 1997.

Segundo o economista Antonio Braz de Oliveira e Silva, do IBGE, o rendimento médio desse grupo é de apenas R\$ 218,00. "Impressão também a má distribuição de renda, já que os 16% restantes da população possuem rendimento médio de R\$ 1.657,00, quer dizer cerca de 7,6 vezes maior", afirma.

nos mercados de trabalho do Norte e Nordeste.

Marcelo Neri defende um reajuste modesto do salário mínimo este ano, diante das dificuldades da economia brasileira, o que pode parecer um contrassenso. "Se a economia sofrer de novo o processo de indexação (a transmissão automática de reajustes), o ganho dado ao mínimo será transitório e haverá uma perda permanente", afirma.

Para o economista, não é o momento de o governo adotar uma política de renda mais agressiva, atuando sobre o nível de pobreza através do salário mínimo. Neri propõe a criação de redes de proteção social para atender também a população mais sacrificada com a crise.

O economista observou que logo após a aplicação de um reajuste próximo dos 43% ao salário mínimo em maio de 1995, 8,8% em cada 100 pessoas que ganhavam o salário mínimo perderam o vínculo da carteira de trabalho e 6,3% ficaram desempregadas. No grupo que não recebia o mínimo, 4,2% se tornaram sem carteira e 4,1% ficaram desempregados.

Repique na inflação

Os dados mostram, ainda, que historicamente há o repique do reajuste na inflação. A cada 10% de reajuste do mínimo, a inflação aumenta além disso. Neri teme que esses efeitos negativos se acentuem agora, frente à recessão vivida no País, e por isso propõe correção menor e a aplicação de reajustes diferenciados para os aposentados, de forma a minimizar o peso nas contas da Previdência Social. Em 95, com o reajuste do mínimo a pobreza diminuiu 11% no Brasil, mas num momento em que a economia mostrava vigor.



O ECONOMISTA Marcelo Neri, do Ipea, afirma que qualquer reajuste do salário mínimo em maio terá de ser muito bem avaliado

Comissão fará três audiências sobre salário

BRASÍLIA - Foi aprovado ontem na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara, um requerimento do deputado Paulo Palm (PT-RS) para a realização de três audiências públicas com ministros de Estado e representantes de entidades de classe. Com as audiências às quarta-feiras das próximas semanas, o bloco de oposição vai tentar ganhar espaço na campanha pelo aumento do salário mínimo e estimular, no Congresso, um debate que o governo tenta esvaziar.

A posição desses aliados do governo colaborou para que o deputado Palm conseguisse reunir, até agora, mais de 150 deputados na Frente Parlamentar pela Dignidade do Salário Mínimo lançada este mês. Os trabalhadores contam com um projeto de lei de Palm tramitando na Câmara que reajusta o salário mínimo em 20 centavos a hora, a cada ano, o que poderia elevar o valor, em 2018, a 850 reais, atingindo o que Palm chama de "salário mínimo constitucional". O projeto de lei tramita na Câmara desde 1995. (AE)

Indicador de pobreza em Minas Gerais

No Estado, chega a 14% a parcela dos trabalhadores que recebem 1 salário mínimo

CLASSE DE RENDIMENTO MENSAIS	NÚMERO DE PESSOAS
Abaixo de 1 salário mínimo	908.644
1 salário mínimo	908.817
2 salários mínimos	259.537
3 salários mínimos	129.956
Parcela com rendimento de 1 salário mínimo	
Trabalhadores com carteira assinada	14%
Trabalhadores sem carteira de trabalho	22%
Trabalhadores no setor público	11%

Fonte: IBGE (1997)/Márcio Marcelo Heráclio

Salários achatados

Dados para Minas Gerais
Cerca de 84% da população mineira* com rendimento ganham até 5 salários mínimos

Rendimento mensal	Parcela da população
Até 1/2 salário mínimo	5,6%
De 1/2 a 1 salário mínimo	26,9%
De 1 a 2 salários mínimos	24,8%
De 2 a 3 salários mínimos	13,9%
De 3 a 5 salários mínimos	13,2%
De 5 a 10 salários mínimos	9,1%
De 10 a 20 salários mínimos	4,1%
Mais de 20 salários mínimos	2,4%

(* com 10 anos ou mais)

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1997)